



São Paulo, 27 de novembro de 2015.

Estudo mostra como criar imposto sobre carbono sem aumentar carga tributária.

Com a correção das distorções do PIS e Cofins o país pode criar um imposto sobre emissões de carbono que estimule a economia.

A correção das distorções da cobrança do PIS/Cofins permite criar um imposto sobre emissões de carbono sem aumentar a carga tributária, melhorando a competitividade das empresas e facilitando a transição para uma economia de baixo carbono. Se, além disso, as exportações forem isentadas da taxa, o PIB poderá crescer 0,47%, a renda, 0,41%, o emprego, 0,53%, e as emissões seriam reduzidas em 1.6 milhão de toneladas de CO₂e.

O estudo *Impactos Econômicos e Sociais da Tributação de Carbono no Brasil* foi produzido por uma equipe de economistas do Instituto Escolhas sob a orientação de Bernard Appy, e lançado no dia 24 de novembro na sede do Insper, em São Paulo. Economistas, empresários e estudantes lotaram a sala Amador Aguiar para participar do evento que contou com a presença da ex-senadora Marina Silva e da educadora Maria Alice Setúbal.

O trabalho desenvolvido pelo Escolhas analisa os impactos econômicos e sociais de um imposto sobre as emissões de CO₂ derivadas da queima de combustíveis fósseis, responsáveis por um terço das emissões do país (32%). Na economia brasileira, a cobrança de PIS/Cofins incide “em cascata” ao longo de toda a cadeia de produção. Se a arrecadação passasse a ser não-cumulativa, cobrando uma mesma alíquota de todos os setores, o PIS/Cofins poderia ser convertido em um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), como existente em muitos países.

Ao mesmo tempo, se políticas de desoneração das exportações e de taxaço sobre as emissões das importações também fossem adotadas, seguindo a tendência internacional no campo, mais do “neutralizar” a arrecadação tributária as medidas



aumentariam a competitividade induzindo as empresas a adotarem práticas inovadoras, limpas e eficientes e incentivando as ineficientes e poluidoras a evoluir.

Apresentado pelo físico Roberto Kishinami, diretor científico do Escolhas, e pelo economista Bernard Appy, o estudo do Instituto Escolhas avaliou dois cenários: a aplicação pura e simples de um imposto sobre as emissões com duas alíquotas, US\$10,00 por tCO₂e e US\$ 50,00 por tCO₂e; e a aplicação de um imposto sobre emissões junto com a simplificação do PIS/Cofins para “neutralizar” a arrecadação.

No primeiro cenário, com o imposto a US\$10,00 por tCO₂e, haveria um impacto negativo na economia, com o PIB e a taxa de emprego caindo 0,2% e 0,16%, respectivamente, e a arrecadação de impostos aumentando em R\$ 8,9 bilhões. Com a tonelada de CO₂ a US\$ 50,00, o impacto seria maior: PIB e emprego cairiam 0,94% e 0,8%, respectivamente, e o imposto arrecadado alcançaria R\$ 43 bilhões. Os setores mais afetados seriam os de transporte terrestre, aéreo e hidroviário, siderurgia, produtos minerais não-metálicos e papel e celulose.

No segundo cenário, a simplificação do PIS/Cofins geraria uma redução na arrecadação do imposto correspondente à eliminação da incidência cumulativa. Com uma taxa calculada em US\$ 36,00 por tCO₂e, o PIB cresceria 0,47%, os salários 0,41% e o emprego 0,53%. Como a simplificação do PIS/Cofins tem efeitos positivos para a competitividade de toda a produção, a adoção suplementar de medidas compensatórias de desoneração das exportações e oneração das importações produziria impacto positivo em todos os setores da economia.

O Brasil é um dos poucos países do mundo em que a correção das distorções da cobrança cumulativa de impostos abre perspectivas para a criação de um imposto de carbono “neutralizado”, capaz de facilitar a transição para uma economia de baixo carbono. Segundo o diretor do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão, “a simples instituição de um novo imposto não é viável no atual contexto político, uma vez que acarretaria mais aumento na já elevada carga tributária”.

Foto/Legenda: (Divulgação Instituto Escolhas).



Na frente do público, da esquerda para a direita, Marcos Lisboa (pres. do Insper), Ana Toni (pres. do Escolhas), o jornalista Marcelo Leite e o advogado Sergio Leitão (diretor do Escolhas).



Roberto Kishinami, diretor científico do Escolhas, explica o estudo.



Plateia lotada na sala Amador Aguiar



A ex-ministra Marina Silva também participou dos debates